



MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESUMO EXECUTIVO DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

ITEM 01 – ABERTURA

Aos sete e oito dias do mês maio do ano de dois mil e três, na sala de reunião *Conselheiro Omilton Visconde*, do Conselho Nacional de Saúde – CNS, realizou-se a Centésima Trigésima Reunião Ordinária do CNS. O Ministro da Saúde **Humberto Sérgio Costa Lima** abriu os trabalhos, prestando esclarecimentos sobre os seguintes pontos: **I.** Recomposição de Tetos Financeiros com vistas à isonomia de Estados e Municípios: ressaltou a importância de estimular o processo de descentralização; **II.** Situação das UTIs e do Sistema de Saúde do Estado do Ceará: **a)** desestruturação do Sistema de Saúde e falta de utilização do potencial instalado; **b)** pressão sobre os profissionais de saúde; **c)** baixa rotatividade dos leitos de UTIs e falta de estrutura que gerasse leitos de cuidados necessários; e **d)** grande demanda na Capital do Estado. Frente à situação do Estado do Ceará, apresentou as seguintes ações do Ministério da Saúde: **a)** abertura de 50 leitos no Estado, sendo: 26 de tratamento semi-intensivo e 24 de tratamento intensivo; **b)** credenciamento dos leitos mantidos pelo Governo Estadual; **c)** intervenção nas Clínicas credenciadas que negam leitos ao SUS; **d)** discussão com o Setor Privado no sentido de resolver os impasses e não prejudicar o atendimento à população; e **e)** liberação de recursos para atender a demanda. **III.** Questão da Hemodiálise: **a)** composição de Comissão para tratar de Política dos Portadores de Deficiência Renal; **b)** negociação com as Clínicas de Hemodiálise no sentido de aumentar o valor dos procedimentos e não prejudicar o atendimento à população; e **c)** discussão de proposta de Atenção ao Paciente Renal; **IV.** Sistema de Saúde Suplementar: sugeriu a instituição de Fórum com participação de diversos segmentos com objetivo de avaliar o atual Sistema de Saúde Suplementar e a Legislação vigente e apresentar proposta de reestruturação do Sistema, considerando a insatisfação de todos atores envolvidos.

ITEM 02 – LANÇAMENTO DA CAMPANHA DO IDEC – INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – “O SUS PODE SER O SEU MELHOR PLANO DE SAÚDE”

O Presidente do Conselho Diretor do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC **Vidal Serrano Júnior** falou sobre as atribuições e a atuação do IDEC, destacando que o objetivo principal do Instituto era a defesa do consumidor como direito fundamental. A Assessora do IDEC **Andréa Salazar** fez o lançamento formal do livro “*O SUS pode ser o seu melhor Plano de Saúde*” que apresenta os direitos básicos de saúde do cidadão comum, como reivindicá-los e os avanços alcançados em relação ao SUS. O Pleno do Conselho louvou a iniciativa do IDEC de publicação do livro e ressaltou a importância de estimular o aumento de sua tiragem.

ITEM 03 – PROGRAMA “DE VOLTA PARA CASA”

O representante da Comissão Intersetorial de Saúde Mental – CISM, **Nilo Marques de Medeiros Neto** apresentou duas Recomendações da Comissão para apreciação e deliberação do Pleno do Conselho, a saber: **a)** Recomendação da CISM nº 004, de 06 de maio de 2003, recomendando ao Pleno do Conselho o apoio e a aprovação do Programa “*de Volta para Casa*”; e **b)** Recomendação da CISM nº 005, de 06 de maio de 2003, recomendando ao Pleno do Conselho a aprovação de Resolução que recomenda à Secretaria de Saúde do Distrito Federal o imediato cumprimento da Lei Distrital nº 975/95 e da Lei nº 10.216/01, com a apuração das denúncias de condições inumanas e irregularidades da Clínica de Repouso *Planalto* e efetiva implementação de uma rede de serviços substitutivos em Saúde Mental; e o encaminhamento da Resolução ao Ministério Público do DF e Territórios, ao Conselho de Saúde do DF, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa e da Câmara dos Deputados, para conhecimento e providências cabíveis. As Recomendações foram aprovadas, considerando as propostas de alterações apresentadas pelo Colegiado.

ITEM 04 – RECOMPOSIÇÃO DE TETOS FINANCEIROS/REAJUSTE PARA O SETOR PÚBLICO

O Secretário de Atenção à Saúde Jorge José Santos Pereira Solla apresentou proposta de recomposição dos Tetos Financeiros do Setor Público com extensão da Portaria nº 1188/2002, que dispõe sobre aumento das consultas médicas para o Setor Privado, ao Setor Público. O Pleno do Conselho saudou a iniciativa do Ministério da Saúde e aprovou a proposta por unanimidade.

ITEM 05 – SAÚDE SUPLEMENTAR: RESGATE DO TRABALHO DO CNS NA ÁREA DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Conselheiro **Mário César Scheffer** apresentou panorama da situação da Saúde Suplementar no país e teceu comentários sobre a Câmara Técnica de Saúde Suplementar. Recomendou a reativação da Comissão de Saúde Suplementar do CNS e solicitou o posicionamento do Pleno do Conselho no que se refere à permanência de representante do CNS na Câmara de Saúde Suplementar. Após discussão, o Colegiado aprovou a proposta de reativar a Comissão de Saúde Suplementar, por unanimidade; e decidiu pela saída de representante do CNS da Câmara de Saúde Suplementar, com duas abstenções: Conselheira **Zilda Arns Neumann** e **Willian Saad Hossne**. Acordou-se que os Conselheiros **Carlos Alberto Ebeling Duarte**; **Jesus Francisco Garcia**; **José Luiz Spigolon**; **Maria Eugênia C. Cury**; e **Zilda Arns Neumann** elaborariam proposta de composição da Comissão de Saúde Suplementar para apresentar ao Pleno do Conselho.

ITEM 06 – I. CONSELHO CONSULTIVO DO FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** relatou sua experiência de participar da primeira reunião do Conselho Consultivo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Levantou dúvidas quanto ao papel do referido Conselho e questionou o objetivo de sua atuação no mesmo. Em relação ao assunto em questão, foi questionado a necessidade do Conselho Consultivo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, frente à existência do CONSEA que se trata de um Conselho Consultivo. Após discussão, o Colegiado decidiu que o assunto seria retomado posteriormente, com esclarecimento das atribuições do Conselho Consultivo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

II. NOTA TÉCNICA: PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO DOS ESTADOS PELOS CONSELHEIROS

Conselheiro **Artur Custódio M. de Sousa** apresentou proposta de delegação de Conselheiros para acompanhar os Estados com objetivo de melhorar a visibilidade e inter-relação do Conselho Nacional de Saúde com os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde. Os Grupos, além de manter interlocução permanente com os Estados auxiliariam na mobilização das Conferências de Saúde e atenderiam a convites de Estados e Municípios: **I. Estado: Acre – Conselheiros: Wander Geraldo da Silva e Artur Custódio de Sousa**; **II. Estado: Amapá – Conselheiros: Olympio Távora Derze Correa e Luiz Gonzaga Araújo**; **III. Estado: Amazonas – Conselheiros: Carlos Aberto Ebeling Duarte, Maria Leda R. Dantas e Climério da Silva Rangel Júnior**; **IV. Estado: Pará – Conselheiros: Climério R. Júnior, Lucas Cardoso e Geraldo Adão Santos**; **V. Estado: Rondônia – Conselheiros: Elias Fernando Miziara e Geraldo Adão Santos**; **VI. Estado: Tocantins – Conselheiros: Carlos Alberto Ebeling Duarte, Graciara Matos de Azevedo e Marisa Fúria Silva**; **VII. Estado: Roraima – Conselheiros: Francisco das Chagas Dias Monteiro**; **VIII. Estado: Distrito Federal – Conselheiros: João Alceu Amoroso Lima, Maria Natividade G. S. T. Santana, Júlia Maria dos Santos Roland e Lucas Cardoso Veras Neto**; **IX. Estado: Goiás – Conselheiros: Jesus Francisco Garcia, Graciara Matos de Azevedo e Lucas Cardoso Veras Neto**; **X. Estado: Mato Grosso – Conselheiros: Carlos Alberto Ebeling Duarte, Adelmir Araújo Santana e Marisa Fúria Silva**; **XI. Estado: Mato Grosso do Sul – Conselheiros: Jesus Francisco Garcia, Diógenes Sandim Martins e Gyséle Saddi Tannous**; **XII. Estado: Paraná – Conselheiros: Artur Custódio M. de Sousa, Zilda Arns Neumann, Climério da Silva Rangel Júnior e Augusto Alves do Amorim**; **XIII. Estado: Rio Grande do Sul – Conselheiros: Thaís Helena Lippel, Luiz Gonzaga Araújo, Ciro Mortella e Augusto Alves do Amorim**; **XIV. Estado: Santa Catarina – Conselheiros: Olympio Távora Derze Correa, Maria Leda R. Dantas e Thaís Helena Lippel**; **XV. Estado: Espírito Santo – Conselheiros: Nildes Oliveira Andrade, José Luiz Spigolon e Fernando Luiz Eliotério**; **XVI. Estado: Minas Gerais – Conselheiros: Ciro Mortella, Augusto Alves do Amorim, Rosane Lowenthal, Nildes de Oliveira Andrade, José Luiz Spigolon, Antônio Carlos Pereira e Geraldo Adão Santos**; **XVII. Estado: Rio de Janeiro – Conselheiros: Carlos Alberto Ebeling Duarte, Graciara Matos de Azevedo e Marisa Fúria Silva**; **XVIII. Estado: Tocantins**

– Conselheiros: **João Alceu Amoroso Lima, Clóvis A. Bouffleur e Júlia Maria dos Santos Roland;** XIX. Estado: São Paulo – Conselheiros: **Maria Eugênia C. Cury, Jesus Francisco Garcia, Diógenes Sandim Martins, Ciro Mortella, Rosane Lowenthal, Júlia Maria dos Santos Roland, Willian Saad Hossne, José Luiz Spigolon;** XX. Estado: Alagoas – Conselheiros: **Wander Geraldo da Silva e Alfredo Boa Sorte;** XXI. Estado: Bahia – Conselheiros: **Olympio Távora Derze Correa, Wander Geraldo da Silva, Willian Saad Hossne, Alfredo Boa Sorte, Rosane Lowenthal, Elias Fernando Miziara;** XXII. Estado: Ceará – Conselheiros: **Nildes de Oliveira Andrade, Francisco das Chagas Dias Monteiro, Luiz Odorico M. de Andrade e Edmundo Ferreira Fontes;** XXIII. Estado: Maranhão – Conselheiros: **Thaís Helena Lippel, Gerônimo Paludo e Luiz Odorico M. de Andrade;** XXIV. Estado: Paraíba – Conselheiros: **Zilda Arns Neumann, Edmundo Ferreira Fontes, Elias Fernando Miziara;** XXV. Estado: Pernambuco – Conselheiros: **Maria Leda R. Dantas, Artur Custódio M. de Sousa e Francisco das Chagas Dias Monteiro;** XXVI. Estado: Piauí – Conselheiros: **Gerônimo Paludo, Lílian Aliche e Artur Custódio M. de Sousa;** XXVII. Estado: Rio Grande do Norte – Conselheiros: **Luiz Gonzaga Araújo, Lucas Cardoso Veras Neto e José Carlos Bezerra;** XXVIII. Estado: Sergipe – Conselheiros: **Alfredo Boa Sorte e Fernando Luiz Eliotério.** Após discussão, a proposta foi aprovada, mas sujeita a alteração.

III. ABERTURA DE NOVOS CURSOS NA ÁREA DA SAÚDE

Foi composta subcomissão de Recursos Humanos com a seguinte formação: **Francisca Valda da Silva, Lucas Cardoso de Veras Neto, Graciara Matos de Azevedo, Laura Camargo Macruz Feuerwerker** para avaliar pedido de abertura de cursos das seguintes instituições: **a)** Suprema Sociedade Universitária para o Ensino Médico Assistencial LTDA – Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora – curso: Medicina; **b)** Associação de Escolas Reunidas – Centro Universitário Central Paulista – curso: Psicologia; e **c)** Escola de Enfermagem de Nova Esperança – Faculdade de Medicina de Nova Esperança (João Pessoa, Paraíba) – curso: Medicina. A Subcomissão de Recursos Humanos apresentou Parecer Contrário à abertura dos referidos cursos de Medicina e Psicologia. O Pleno do Conselho aprovou os pareceres apresentados pela Subcomissão, com abstenção do Conselheiro **Luiz Odorico M. de Andrade e Zilda Arns Neumann.**

IV. CONVITES PARA ATIVIDADES NACIONAIS: INDICAÇÕES DE CONSELHEIROS

a) IV Encontro Estadual de ONGs/AIDS – 14, 15 e 16 de maio de 2003 – Atibaia, SP: Conselheiro **Carlos Alberto Ebeling Duarte;** **b)** Seminário “Os Estudantes Universitários da Área da Saúde e do SUS” – Palestra sobre Controle Social no SUS – 16 de maio de 2003: Conselheiro **Climério da Silva Rangel Júnior;** **c)** EXPOFAR 2003 – XIII Congresso Paulista de Farmacêuticos e V Seminário Internacional de Farmacêuticos – 17 a 20 de maio de 2003 – Tema: *Assistência Farmacêutica: a saúde em suas mãos* – São Paulo, SP: Conselheiro **Gerônimo Paludo;** **d)** Conferência Municipal de Saúde de Manaus – 27 a 30 de maio de 2003 – *Debate sobre Controle Social e apresentação de agenda de Prioridades do CNS* – Manaus, AM: Conselheiro **Geraldo Adão Santos;** **e)** XV Seminário de Municipalização da Saúde – 14 e 15 de maio de 2003 – Canela, RS: Conselheira **Clair Castilhos Coelho;** e **f)** Congresso do Movimento de Reintegração da Pessoa Portadora de Deficiência – MORHAN – 5 de junho de 2003: Conselheira **Maria Leda de R. Dantas.**

ITEM 07 – PLANO PLURIANUAL – PPA E INFORMES DA COFIN

Valcler Rangel Fernandes apresentou e detalhou a proposta do Plano Plurianual – PPA 2004-2007: *Um Brasil para Todos* que busca: **a)** Novo Modelo de Planejamento; **b)** Planejamento com a participação da Sociedade; e **c)** Diretrizes Estratégicas: Um Brasil para Todos. Explicou que o Projeto de Lei do PPA teria de ser encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 29 de agosto de 2003.

Professor **Elias Antônio Jorge** apresentou o relatório da reunião da Comissão de Orçamento e Financiamento do CNS – COFIN, realizada nos dias 06 e 07 de maio de 2003, apresentando como sugestão ao Pleno do Conselho priorizar a homologação da Resolução CNS nº 316/2002. O relatório da COFIN foi aprovado, por unanimidade.

ITEM 08 – 12ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Flávio José Fonseca de Oliveira, da Secretaria de Gestão Participativa do MS apresentou proposta de matriz temática para a *12ª Conferência Nacional de Saúde* sobre os seguintes temas: **I.** Articulação Intersetorial; **II.** Modelos de Atenção; **III.** Gestão Participativa; **IV.** Financiamento da Saúde; **V.** Gestão de Trabalho na Saúde; e **VI.** Relação entre os Setores Público e Privado. **Nelson Rodrigues dos Santos**, da Secretaria de Gestão Participativa do MS, apresentou eixos de conteúdo

para a formulação de estratégias de construção do SUS: **a)** intensificar a Gestão Participativa na área social; **b)** assumir efetivamente as necessidades e prioridades de saúde da população, como ponto de partida para definição de tipo de oferta de serviços e organização do SUS; **c)** reconhecer e respeitar as grandes diferenças regionais; **d)** organização e funcionamento da Rede de Atenção Básica, como fator decisivo na estruturação do Novo Modelo de Atenção; **e)** realização dos princípios de Equidade e Integralidade, como caminho para realização da Universalidade, dentre outros. Após discussão e não concordância da proposta apresentada, chegou-se ao seguinte encaminhamento: realizar Reunião conjunta da Comissão Temática e da Comissão de Comunicação Social da *12ª Conferência Nacional de Saúde* a fim de discutir propostas de tema, considerando como subsídio lista de temas sugeridos pelo Pleno do Conselho. Após, a proposta deve ser apresentada na 25ª Reunião Extraordinária do CNS nos dias 21 e 22 de maio de 2003.

ITEM 09 – 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Item não apresentado.

ITEM 10 – INFORMES DA TRIPARTITE

Coordenador da Comissão Intergestores Tripartite **Cipriano Maia Vasconcelos** apresentou os seguintes informes ao Pleno do Conselho: **I.** Publicação das seguintes Portarias: **a)** atualização da população com impacto, a partir de abril de 2003, nas transferências financeiras do Piso de Atenção Básica; **b)** reajuste de 20% dos valores dos incentivos do PACS e PSF; **c)** reajuste nos valores do PAB-Ampliado para R\$ 12,00 por habitante ao ano; e **d)** pacto de indicadores da Atenção Básica; **II.** Medicamentos de dispensação em caráter excepcional: **a)** financiamento até junho de 2003 no total de R\$ 238,250 milhões de um total de R\$ 516 milhões para o ano de 2003; **c)** revisão da Política de Medicamentos, na base de cálculo e na lista de medicamentos para o segundo semestre de 2003; **d)** criação de Grupo de Trabalho Permanente para discussão da Política de Medicamentos; **e)** cronograma do processo de classificação do componente 1 do PROESF que está em andamento; **f)** colocar em funcionamento os Comitês Consultivos de Vigilância Sanitária e de Informação e Informática; **g)** revisão no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário; **III.** Situação da habilitação de Estados e Municípios: **a)** habilitados em Gestão Plena de Atenção Básica Ampliada: 301 Municípios em 11 Estados, cobrindo 18% da população; **b)** habilitados em Gestão Plena do Sistema Municipal: 90 Municípios em 11 Estados, cobrindo 1,7% da população; **IV.** Situação da habilitação de Estados e Municípios: 16 Estados habilitados conforme a NOAS/2002 e 121 Municípios e 10 Estados receberão recursos dos incentivos de Controle das DST/AIDS na competência de maio de 2003.

ITEM 11 – CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS DE SAÚDE

Conselheira **Maria Eugênia C. Cury** resgatou o processo de discussão do Projeto de Capacitação de Conselheiros de Saúde e os encaminhamentos decorrentes da prorrogação de seu Termo Aditivo. Falou de reunião realizada, que contou com a presença da Secretária de Gestão do Trabalho **Maria Luíza Jaeger** e do Diretor do Departamento de Educação em Saúde, da Secretaria de Gestão do Trabalho **Ricardo Burg Ceccin**, com apresentação da real situação do Projeto e sua perspectiva para o futuro. A propósito, informou sobre uma reunião do GT do Comitê e da Coordenação de Educação Popular, ocorrida no dia 05 de maio de 2003, onde foi tratado das dificuldades do processo. **Maria Verônica Araújo de Santa Cruz Oliveira**, Coordenadora da Educação Popular falou sobre a reunião que será realizada no dia 12 de maio de 2003 com a participação do Ministério da Saúde, GT de Capacitação de Conselheiros de Saúde do CNS, Consórcio, Coordenadores dos Núcleos Estaduais e o Comitê de Acompanhamento do Programa de Apoio do Fortalecimento do Controle Social – PAFCS, com o objetivo de avaliar o que já foi feito discutir as dificuldades encontradas pelos estados e sensibilizar para o implemento das próximas turmas. Disse que, após essa reunião seria possível monitorar a situação do desenvolvimento do Projeto de Capacitação de Conselheiros de Saúde nos vários Estados.

ITEM 12 – ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Item não apresentado.

ITENS EXTRAPAUTA

I. Proposta de Recomendação – Conselheiro **José Carvalho de Noronha** apresentou minuta de Recomendação que recomenda: **a)** ao Congresso Nacional – que durante a apreciação da Medida Provisória nº 118, de 03 de abril de 2003, fosse restaurado o teor dos dispositivos suspensos das Leis nº 10.167/2002 e nº 9.294/1996, que dispõem sobre restrições ao uso e à propaganda de

produtos fumíferos e outros; **b)** ao Ministério da Saúde – que inicie estudos que conduzam a projetos de regulamentação dos pontos de vendas de cigarros e outros produtos derivados de tabaco em território nacional; e **c)** ao Ministério da Saúde, em conjunto com os demais órgãos competentes do Governo e com o Congresso Nacional – que inicie estudos visando aumento da alíquota de impostos sobre os mesmos produtos e outros produtos causadores de danos à saúde, utilizando a receita proveniente de tal incremento para financiamento de atividades de promoção de estilos de vida saudáveis, de prevenção de danos causados por tais produtos e para fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde. Proposta aprovada.

II. Recomendação da Comissão Intersetorial de Saúde Índio – CISI: Conselheira **Zilda Arns Neumann** submeteu à apreciação do Colegiado minuta de Recomendação da CISI, recomendando ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde que: **a)** implemente uma Política de Formação nos níveis técnicos e superior para os povos indígenas; **b)** adote políticas similares àquelas feitas por meio de acordos internacionais com países africanos e latino-americanos, de acordo com as propostas expressas pelas lideranças nas Conferências Indígenas; e **c)** crie, em curto prazo, mecanismos que permitam o ingresso de indígenas nos cursos de níveis técnicos e superior, até que se implemente uma Política Pública Permanente para tal fim. Proposta aprovada.

III. Projeto de Lei nº 5.991, que propõe alterações no funcionamento dos estabelecimentos farmacêuticos. Aprovado o seguinte encaminhamento: a Comissão Organizadora da *1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica* organizaria Seminário para discutir o Projeto de Lei nº 5.991.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO

a) Aprovada a Ata da 128ª Reunião Ordinária, considerando as propostas de alterações apresentadas pelo Colegiado;

b) Aprovada proposta de realização de Reunião Extraordinária nos dias 21 e 22 de maio de 2003;

c) Aprovada proposta de Recomendação sobre a Medida Provisória nº 118, de 03 de abril de 2003 e as Leis nº 10.167/2002 e nº 9.294/1996, que dispõe sobre restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos e outros;

d) Aprovada proposta de Recomendação sobre Política de Formação nos níveis técnicos e superior para os povos indígenas;

e) Aprovadas as Recomendações da Comissão Intersetorial de Saúde Mental nº 004, de 06 de maio de 2003, recomendando ao Pleno do Conselho o apoio e a aprovação do Programa “*de Volta para Casa*” e nº 005, de 06 de maio de 2003, que recomenda ao Pleno do Conselho a aprovação de Resolução para à Secretaria de Saúde do Distrito Federal para o imediato cumprimento da Lei Distrital nº 975/1995 e da Lei Federal nº 10.216/2001, considerando as propostas de alterações apresentadas pelo Colegiado.